

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.258.935 - ES (2018/0050218-8)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
AGRAVANTE : ADRIANO DA CONCEICAO
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por ADRIANO DA CONCEICAO contra decisão que não admitiu o seu recurso especial, interposto com fulcro no art. 105, III, alínea "a", da Constituição Federal – CF, em face de acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO – TJES.

Consta dos autos que o Juízo da Execução Penal declarou extinta a pena privativa de liberdade e determinou que seja enviado ofício a Fazenda Pública para que se proceda a execução fiscal em caso de inadimplemento da pena de multa (fls. 142/144 e 174/175).

A defesa interpôs agravo de execução penal que foi desprovido. O acórdão ficou assim ementado:

AGRAVO EM EXECUÇÃO - PENA DE MULTA - DECLARAÇÃO DE PRESCRIÇÃO DE NATUREZA FISCAL PELO JUÍZO DA EXECUÇÃO CRIMINAL - INCOMPETÊNCIA - DÍVIDA DE VALOR APÓS O TRÂNSITO EM JULGADO - COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA FAZENDA PÚBLICA - ART. 51 DO CP - INFORMATIVO 568 DO STJ - COMPETÊNCIA DA EXECUÇÃO PENAL APENAS PARA DECLARAR A PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PENAL EXECUTÓRIA ESTATAL- RECURSO IMPROVIDO.

1) A análise da prescrição relativa à mora da atividade fiscal da Fazenda Pública compete exclusivamente ao Julgador da Vara Especializada em Execução Fiscal da Fazenda Pública, a fim de declarar a prescrição desta dívida e não à magistrada atuante na esfera penal, conforme pretende o agravante. Portanto, não há que se falar em competência do Juízo da Execução Penal para decidir a respeito da prescrição fiscal - prevista no Código Tributário Nacional e na Lei de Execuções Fiscais - da pena de multa convertida em dívida de valor, apenas da prescrição decorrente da mora punitiva ou executória de natureza criminal. Destarte, independentemente da origem penal da sanção, a multa restou convolada em obrigação de natureza fiscal e, por essa razão, a competência para declará-la, após o trânsito em julgado da sentença condenatória, com fulcro nas normas de natureza tributárias, passou a ser da autoridade fiscal, por força da Lei n. 9.268/96, que deu

nova redação ao artigo 51 do Código Penal. Nesse sentido vem se manifestando a jurisprudência pátria, conforme se extrai do informativo 568 exarado pelo Superior Tribunal de Justiça.

2. Recurso improvido (fl. 192).

Em sede de recurso especial, a defesa apontou violação ao artigo 51 do Código Penal – CP, porque o Tribunal de origem entendeu que a pena de multa foi convolada em obrigação de natureza fiscal. A defesa sustenta que a pena de multa não deixou de ser uma sanção penal e que a prescrição da pena de multa deve ser declarada pelo juízo da execução penal.

Requer seja reconhecida a prescrição da pena de multa.

Contrarrazões (fls. 213/216).

A r. decisão agravada não admitiu o recurso especial haja vista o acórdão recorrido estar de acordo com precedentes do Superior Tribunal de Justiça – STJ, conforme óbice da Súmula 83 do STJ (fls. 224/227).

Em agravo em recurso especial, a defesa refuta o referido óbice (fls. 157/165).

Contraminuta (fls. 170/173).

O Ministério Público Federal – MPF opinou pelo desprovimento do agravo em recurso especial (fls. 180/183).

É o relatório. Decido.

Atendidos os pressupostos de admissibilidade do agravo, passo ao exame do recurso especial.

Sobre a violação ao art. 51 do CP, o Tribunal de origem entendeu que a competência para declarar a extinção da pena de multa, ainda que pelo advento da prescrição, é da Vara de Fazenda Pública, conforme precedentes. Cito o trecho:

Diferentemente do ocorrido nos autos, a análise da prescrição relativa à mora da atividade fiscal da Fazenda Pública compete exclusivahente ao Julgador da Vara Especializada em Execução Fiscal da Fazenda Pública, a fim de declarar a prescrição desta dívida e não à magistrada atuante na esfera penal, conforme pretende o agravante.

Nesse sentido vem se manifestando a jurisprudência pátria, conforme se extrai do informativo 568 exarado pelo Superior Tribunal de Justiça:

[...]

Este Tribunal de Justiça possui entendimento no mesmo sentido, conforme se verifica em recente julgado sobre o assunto:

[...]

Portanto, não há que se falar em competência do Juízo da Execução Penal para decidir a respeito da prescrição fiscal - prevista no Código Tributário Nacional e na Lei de Execuções Fiscais - da pena de multa convertida em dívida de valor, apenas da prescrição decorrente da mora punitiva ou executória de natureza criminal.

Destarte, independentemente da origem penal da sanção, a multa restou convalidada em obrigação de natureza fiscal e, por essa razão, a competência para declará-la, após o trânsito em julgado da sentença condenatória, com fulcro nas normas de natureza tributárias, passou a ser da autoridade fiscal, por força da Lei nº 9.268/96, que deu nova redação ao artigo 51 do Código Penal (fls. 194/196).

Tal entendimento encontra-se em consonância com o desta Corte, conforme os seguintes precedentes:

PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO. PENA DE MULTA. CARÁTER EXTRAPENAL. RECONHECIMENTO DA PRESCRIÇÃO E EXTENSÃO DO INDULTO À PENA DE MULTA CONVERTIDA EM DÍVIDA DE VALOR. MATÉRIAS DE COMPETÊNCIA DA AUTORIDADE FISCAL. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. A Terceira Seção desta Corte, no julgamento do recurso representativo da controvérsia, consolidou o entendimento de que "o inadimplemento da pena de multa não obsta a extinção da punibilidade do apenado, porquanto, após a nova redação dada ao art. 51 do Código Penal pela Lei n. 9.268/1996, a pena pecuniária passou a ser considerada dívida de valor e, portanto, possui caráter extrapenal, de modo que sua execução é de competência exclusiva da Procuradoria da Fazenda Pública" (REsp 1.519.777/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 26/8/2015, DJe 10/9/2015).

2. A competência para decidir acerca da prescrição da pena de multa convertida em dívida de valor é da autoridade fiscal - e não do Juízo das Execuções Penais -, independentemente da origem criminal da sanção. Precedente do STF.

[...]

4. Agravo regimental não provido (AgRg no AREsp 1325367/ES, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, DJe 19/12/2018).

PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. OFENSA AO PRINCÍPIO DA COLEGIALIDADE. INEXISTÊNCIA. EXECUÇÃO. CUMPRIMENTO DA PENA CORPORAL. PENA DE MULTA INADIMPLIDA. PRESCRIÇÃO. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA EXECUÇÃO FISCAL.

PRECEDENTES. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. Inexiste ofensa ao princípio da colegialidade nas hipóteses em que a decisão monocrática foi proferida em obediência ao art. 932 do Código de Processo Civil - CPC e art. 3º do Código de Processo Penal - CPP, por se tratar de recurso em confronto com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça - STJ.

2. A Terceira Seção desta Corte Superior, no julgamento de recurso representativo da controvérsia, "consolidou o entendimento de que, extinta pelo seu cumprimento a pena privativa de liberdade, ou a restritiva de direitos que a substituir, o inadimplemento da pena de multa não obsta a extinção da punibilidade do apenado, porquanto, após a nova redação dada ao art. 51 do Código Penal pela Lei n. 9.268/1996, a pena pecuniária passou a ser considerada dívida de valor e, portanto, possui caráter extrapenal, de modo que sua execução é de competência exclusiva da Procuradoria da Fazenda Pública" (REsp 1519777/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 26/8/2015, DJe 10/9/2015).

3. Agravo regimental desprovido (AgRg no REsp 1724376/ES, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, DJe 01/02/2019).

PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO. PENA DE MULTA. CARÁTER EXTRAPENAL. PRESCRIÇÃO. COMPETÊNCIA DA AUTORIDADE FISCAL. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. A Terceira Seção desta Corte, no julgamento do recurso representativo da controvérsia, consolidou o entendimento de que "o inadimplemento da pena de multa não obsta a extinção da punibilidade do apenado, porquanto, após a nova redação dada ao art. 51 do Código Penal pela Lei n. 9.268/1996, a pena pecuniária passou a ser considerada dívida de valor e, portanto, possui caráter extrapenal, de modo que sua execução é de competência exclusiva da Procuradoria da Fazenda Pública" (REsp 1.519.777/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 26/8/2015, DJe 10/9/2015).

2. A competência para decidir acerca da prescrição da pena de multa convertida em dívida de valor é da autoridade fiscal - e não do Juízo das Execuções Penais -, independentemente da origem criminal da sanção.

3. Agravo regimental não provido (AgRg no REsp 1735995/ES, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, DJe 14/09/2018).

Diante do exposto, admito o agravo em recurso especial e, com fundamento na súmula 568/STJ, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator

